

Demonstrações Financeiras

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001 Com Parecer dos Auditores Independentes

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2002

Índice

Parecer dos Auditores Independentes	1
Balanço Patrimonial	2
Demonstração do Resultado	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	5
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	6
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	7

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
Administradores e Acionistas da
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

- 1. Examinamos o balanço patrimonial da **Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. ECOSUL**, levantado em 31 de dezembro de 2002, e da respectiva demonstração do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origem e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
- 2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. ECOSUL**, em 31 de dezembro de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer, sem ressalvas, datado de 25 de janeiro de 2002.

Porto Alegre, 7 de fevereiro de 2003

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/C CRC-2 SP 15199/O-6/S/RS

Marcos Antonio Quintanilha Contador CRC-1-SP-132776/O-3-T-SC-S-RS

BALANÇO PATRIMONIAL 31 de dezembro de 2002 e 2001 (Expressos em reais)

ATIVO

	2002	2001
Circulante		
Disponibilidades	675.250	270.443
Aplicações financeiras	173.983	236.498
Contas a receber de clientes	98.604	33.008
Adiantamentos a fornecedores	542	7.958
Impostos a recuperar	27.036	19.505
Outros créditos	61.680	6.343
Despesas pagas antecipadamente	603.377	223.534
Total do Ativo Circulante	1.640.472	797.289
Realizável a longo prazo		
Despesas pagas antecipadamente	1.035.007	-
	1.035.007	-
Permanente		
Imobilizado	32.434.549	32.940.296
Diferido	9.645.675	12.410.553
	42.080.224	45.350.849
TOTAL DO ATIVO	44.755.703	46.148.138

PASSIVO

	2002	2001
Circulante		
Fornecedores	1.559.607	5.765.639
Fornecedores – partes relacionadas	550.316	2.529.905
Empréstimos e financiamentos	7.482.375	7.127.083
Debêntures	106.675	-
Obrigações sociais e trabalhistas	805.712	624.577
Obrigações fiscais	1.184.100	804.026
Seguros a pagar	267.898	204.732
Outras exigibilidades	867.281	273.916
Total do passivo circulante	12.823.964	17.329.878
Exigível a longo prazo Fornecedores – partes relacionadas Empréstimos de acionistas Empréstimos e financiamentos Debêntures Outras exigibilidades	8.682.127 155.087 255.097 13.916.340 1.338.718 24.347.369	8.751.157 2.925.900 1.582.245 112.676 13.371.978
Patrimônio líquido Capital social Adiantamentos para futuro aumento de capital Prejuízos acumulados	17.600.000 - (10.015.630) 7.584.370	17.600.000 155.087 (2.308.805) 15.446.282
TOTAL DO PASSIVO	44.755.703	46.148.138

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001 (Expressos em reais)

	2002	2001
Receita operacional bruta		
Receita com arrecadação de pedágio	24.939.359	16.406.095
Outras receitas	21.330	-
	24.960.689	16.406.095
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a arrecadação	(2.156.845)	(1.419.210)
Receita operacional líquida	22.803.844	14.986.885
Custo dos serviços prestados	(13.483.698)	(8.327.910)
Resultado operacional bruto	9.320.146	6.658.975
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(6.785.688)	(4.721.289)
Remuneração de Administradores	(609.496)	(416.000)
Despesas financeiras, líquidas	(9.295.090)	(3.805.089)
Outras despesas	(291.838)	(14.148)
	(16.982.112)	(8.956.526)
Resultado operacional líquido	(7.661.966)	(2.297.551)
Resultado não operacional	(44.859)	(11.254)
Prejuízo do exercício	(7.706.825)	(2.308.805)
Prejuízo por ação	(0,44)	(0,13)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001 (Expressos em reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2000	10.290.000	7.304.358	-	17.594.358
Adiantamentos recebidos	-	159.403	-	159.403
Aumento de capital	1.326	-	-	1.326
Capitalização de adiantamentos	7.308.674	(7.308.674)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(2.308.805)	(2.308.805)
Saldos em 31 de dezembro de 2001	17.600.000	155.087	(2.308.805)	15.446.282
Reversão do adiantamento para futuro aumento de capital	_	(155.087)	-	(155.087)
Prejuízo do exercício	-	-	(7.706.825)	(7.706.825)
Saldos em 31 de dezembro de 2002	17.600.000		(10.015.630)	7.584.370

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001 (Expressos em reais)

	2002	2001
Origens de recursos		_
Das operações		
Prejuízo do exercício	(7.706.825)	(2.308.805)
Itens que não afetam o capital circulante líquido		
Depreciações e amortizações	8.850.025	5.507.285
Ajustes de exercícios anteriores	-	290.431
Baixa de bens do permanente	136.294	5.190
Total das origens das operações	1.279.494	3.494.101
De acionistas e terceiros		
Reversão do adiantamento para futuro aumento de capital	(155.087)	159.403
Aumento de exigível a longo prazo	10.975.391	10.027.182
Total das origens	12.099.798	13.680.686
Aplicações de recursos		
Aumento do realizável a longo prazo	1.035.007	-
Aumento do imobilizado	5.473.279	19.959.955
Aumento do diferido	242.415	1.328.417
Total das aplicações de recursos	6.750.701	21.288.372
Aumento (redução) do capital circulante líquido	5.349.097	(7.607.686)
Ativo circulante		_
No fim do exercício	1.640.472	797.289
No início do exercício	797.289	1.656.620
	843.183	(859.331)
Passivo circulante	40.000.054	15 220 650
No fim do exercício	12.823.964	17.329.878
No início do exercício	17.329.878 (4.505.914)	10.581.523 6.748.355
Aumente (veducão) de capital singulante l'avide	5.349.097	(7.607.686)
Aumento (redução) do capital circulante líquido	5.349.09/	(7.007.080)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2002 e 2001 (Expressos em reais)

1. Contexto Operacional

A Empresa Concessionária de Rodovia do Sul S.A. – ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos, integrantes do denominado Pólo de Pelotas:

Rodovia	Trecho	Extensão (Km)
BR 116	Pelotas / Camaquã	123,4
BR 116	Pelotas / Jaguarão	137,1
BR 293	Pelotas / Bagé	161,1
BR 392	Pelotas / Rio Grande	73,8
BR 392	Pelotas / Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 23 de fevereiro de 2001, o Ministério dos Transportes autorizou a cobrança de pedágio a partir de março de 2001, em 3 (três) praças já instaladas, sendo 2 (duas) na BR 116 no trecho Pelotas/Camaquã e 1 (uma) na BR 392 no trecho Pelotas/Rio Grande, culminando assim, com a entrada parcial das operações da Companhia. Em março de 2002 entraram em operação as demais Praças de Pedágio, em número de 2 (duas), instaladas na BR 392 no trecho Pelotas/Santana da Boa Vista e na BR 116 no trecho Pelotas/Jaguarão passando a Companhia a estar em plena atividade.

A manutenção das atividades da Companhia tem dependido da arrecadação de pedágio, aportes de recursos dos Acionistas e da obtenção de recursos no mercado financeiro. A intenção dos Acionistas é de manter apoio financeiro através de aportes de capital e/ou busca de recursos no mercado, até que as atividades operacionais gerem recursos suficientes para a manutenção e continuidade normal dos negócios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2002 e 2001 (Expressos em reais)

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários-CVM.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pelas praças de pedágio e registradas segundo o regime de competência. Os resultados apurados até 28 de fevereiro de 2001 relativos a toda empresa e de 1 de janeiro de 2002 a 28 de fevereiro de 2002 relativos aos trechos Pelotas/Santana da Boa Vista (BR392) e Pelotas/Jaguarão (BR 116), foram atribuídos à fase pré-operacional, sendo, portanto, imputados ao ativo diferido. A partir de março de 2001 e março de 2002 respectivamente, com o início da operação, os resultados passaram a ser considerados como operacionais e consignados na demonstração do resultado.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excede o valor de realização.

c) Despesas Pagas Antecipadamente

Ativo circulante

Substancialmente representada por apólices de seguros de garantia de exploração, riscos de engenharia, RCF e veículos. São registradas ao custo e estão apresentadas líquidas das apropriações efetuadas até a data do balanço.

Realizável a longo prazo

Representada por gastos com emissão e custos de venda das debêntures e são registradas ao custo, sendo apropriada no resultado a partir da integralização das debêntures, até o vencimento final no 5° dia útil de outubro de 2007.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2002 e 2001 (Expressos em reais)

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis--Continuação

d) Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, em função do prazo de vida útil estimada dos bens (Nota 4), que não ultrapassam o período da concessão.

e) <u>Diferido</u>

Formado pelos resultados pré-operacionais sendo registrados ao custo. A amortização foi iniciada a partir da cobrança dos pedágios (março de 2001 e 2002), num prazo máximo de 5 anos.

f) Demais ativos e passivos

São registrados por seus valores nominais conhecidos ou estimados, atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

g) Taxa de fiscalização

É calculada pelo percentual de 1% sobre a Receita de Arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente para a ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestres), classificada na rubrica de "Despesas gerais e administrativas" na demonstração de resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2002 e 2001 (Expressos em reais)

4. Imobilizado

	Taxas a.a.	2002	2001
Móveis e utensílios	10	173.150	158.157
Máquinas e equipamentos	10	832.792	794.962
Equipamentos de informática	20	181.159	153.553
Direito de uso de software	20	249.881	89.301
Equipamentos de comunicação	10	138.633	119.722
Equipamentos/sistemas operação/monitoração	10	89.043	-
Terrenos	-	9.000	-
Edificações	4	2.585.941	2.387.488
Instalações	6 a 33	753.222	635.982
Veículos	20	105.298	47.545
Painéis publicitários	4	20.943	-
Marcas e patentes	10	915	915
Pavimentos	16,67	26.055.067	23.231.589
Obras de artes especiais	6,67	271.637	178.166
Sinalizações verticais e horizontais	16,67	4.525.939	3.866.617
Terraplenos e estruturas de contenção	6,67	789.111	930.929
Terraplenagem	16,67	147.503	-
Drenagem e obras de arte correntes	16,67	1.143.504	1.072.539
Sistemas de arrecadação	10	3.049.895	1.715.133
Faixa de domínio	-	76.277	41.710
Melhoramentos de trechos	10	293.845	727.463
Adiantamentos a fornecedores	-	-	4.000
		41.492.755	36.155.771
Depreciação Acumulada		(9.058.206)	(3.215.475)
-		32.434.549	32.940.296

As depreciações foram contabilizadas como custo dos serviços prestados.

5. Diferido

	2002	2001
Resultados pré-operacionais acumulados	15.153.359	14.910.944
Amortização acumulada	(5.507.684)	(2.500.391)
	9.645.675	12.410.553

As amortizações do ativo diferido foram contabilizadas como despesas gerais e administrativa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2002 e 2001 (Expressos em reais)

6. Empréstimos e Financiamentos

	2002		20	001
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Para capital de giro Para financiamento do imobilizado	7.431.603 50.772	183.333 71.764	7.127.083	1.500.000 82.245
	7.482.375	255.097	7.127.083	1.582.245

Os empréstimos para capital de giro estão sujeitos a juros pré-fixados de 3% a.m. e têm vencimento final em 2004. O Finame está sujeito a juros pré-fixados de 0,4867% a.m. acima da TJLP e têm vencimento final em 2006. Os empréstimos para aquisição de bens com taxa pré-fixadas, estão sujeitos a juros entre 3,7% e 4,0% a.m e tem vencimento final em 2003. No que se refere a Ônus e Garantias constituídos, além da alienação fiduciária dos bens financiados, a Companhia ofereceu Notas Promissórias com aval dos Acionistas e Caução de Direitos Creditórios, estando assim compostas por Instituição credora:

Instituição	Descrição
Banrisul	Caução de Direitos Creditórios.Nota Promissória emitida com Aval dos Acionistas.
Banco Bradesco Financ. Bens	- Alienação Fiduciária do bem.
Banco Bradesco (Finame)	- Alienação Fiduciária do bem.

As referidas garantias poderão ser executadas, a critério das Instituições credoras, caso não sejam cumpridas as cláusulas de caráter financeiro assumidas ou a Companhia e/ou seus Avalistas, incorram nas seguintes situações: protesto de títulos; pedido de concordata; negativa de substituição ou reforço de garantias; penhora de bens oferecidos em garantia; ausência de consenso quanto à taxa de juros numa eventual renegociação; e impossibilidade de aplicação de índices ou do exercício do direito à repactuação, por ato governamental, legislativo ou regulamentar.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2002 e 2001 (Expressos em reais)

7. Debêntures

Em 1 de setembro de 2001 a Companhia procedeu ao lançamento de debêntures, com as seguintes características:

Característica das Debêntures		
Numero de registro na CVM	CVM/SRF/DEB/2002/015	
Data da Emissão	01/09/01	
Forma	Escriturais e não conversíveis em ações	
Quantidade Emitida	30.000	
Quantidade Colocada	10.800	
Quantidade em Tesouraria	19.200	
Valor Nominal Unitário na Data da		
Emissão	R\$ 1.000,00	
Valor Nominal Unitário Atualizado em		
31/12/02	R\$ 1.288,55	
Fator de Atualização	IGP-M numero índice	
Remuneração Mensal	Juros de 0,7208% am, mais 3% da Receita Operacional Líquida	
Vencimento da Remuneração	5° dia útil do mês subsequente a apuração	
Vencimento da Amortização	25% - 5° dia útil de outubro de 2004	
	25% - 5° dia útil de outubro de 2005	
	25% - 5° dia útil de outubro de 2006	
	25% - 5° dia útil de outubro de 2007	
Reserva para Pagamento da Remuneração	40% da receita diária a partir do 20° dia de cada mês até atingir o valor	
Reserva para Pagamento da Amortização	30% da receita diária a partir do 25° mês iniciando no 6° dia de cada mês até	
	atingir 1/12 da parcela	
Instituição Depositária das Debêntures	Banco Itaú S/A	
Local de Pagamento	CBLC	
Instituição Responsável pela conta de		
Reserva	Banco Bradesco S/A	
Agente Fiduciário	Oliveira Trust DTVM	

Nos meses de outubro e novembro de 2002 a Companhia colocou no mercado primário 10.800 debêntures para terceiros, no valor original de R\$ 12.787.957. A partir de 21 de novembro de 2002, 19.200 debêntures passaram para o mercado secundário.

Em 31 de dezembro de 2002, os valores captados através dessas debêntures, são:

	Circulante	Longo Prazo
Remuneração	106.675	-
Valor nominal atualizado		13.916.340
	106.675	13.916.340

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2002 e 2001 (Expressos em reais)

8. Arrendamentos Mercantis

A empresa mantém junto a instituições financeiras operações de leasing de veículos, cujos pagamentos mensais são reconhecidos ao resultado conforme o vencimento das parcelas, R\$ 145.573 em 2002 (R\$ 88.498 em 2001).

As parcelas remanescentes serão pagas mensalmente em prazos variáveis até agosto de 2003, como segue:

			Posição em 31/12/2002		Posição em 31/12/200	
		Prazo	Valor	Valor	Valor	Valor
	Taxa	Contratual	contratual	pago	contratual	pago
Veículos leves	2,3% a 2,8% a.m.	24 meses	380.171	310.318	380.171	120.233

Demonstramos a seguir a posição patrimonial, caso os contratos de leasing tivessem sido registrados como compra financiada:

	31/12/2002	31/12/2001
Valor Original	344.807	344.807
Depreciação Acumulada	(118.947)	(49.985)
Valor Residual	225.860	294.822
Saldo dos Empréstimos	(64.381)	(213.445)
Posição Patrimonial	161.479	81.377
Posição Contábil Atual	105.298	47.545

9. Transações com Partes Relacionadas

<u>Fornecedores – partes relacionadas :</u>

Correspondem aos valores devidos ao Consórcio ETIS formado pelas empresas EBEC S/A, TRIUNFO S/A, IVAÍ S/A e SBS LTDA., relativos a serviços de recuperação, conservação e melhorias das estradas compreendidas pelo Pólo Rodoviário de Pelotas, suportados por contrato firmado entre as partes. As parcelas correspondentes às faturas de serviços, bem como às medições de serviços estão sujeitas as atualizações monetárias com base em taxas de mercado.

Estes contratos não estão respaldados por garantias e os prazos de pagamento foram adequados à disponibilidade de caixa da Companhia, sendo os saldos sujeitos a encargos acima discriminados os quais na média ficaram abaixo dos valores captados junto às instituições financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2002 e 2001 (Expressos em reais)

9. Transações com Partes Relacionadas--Continuação

Fornecedores – partes relacionadas :

A movimentação do saldo com o Consórcio Etis estava assim demonstrada no período de 11 de novembro de 1998 a 31 de dezembro de 2001 e 2002:

Consórcio Etis	2002	2001
Serviços de recuperação de melhorias registradas no ativo imobilizado	24.089.294	22.644.795
Serviços de manutenção de rodovias lançadas no resultado	3.844.514	3.828.227
Juros apropriados no resultado	9.736.863	7.942.291
(-) Pagamentos efetuados ao Consórcio Etís	(28.438.228)	(23.134.251)
Total	9.232.443	11.281.062
(-) total do circulante	(550.136)	(2.259.905)
Total do exigível a longo prazo	8.682.127	8.751.157

Empréstimos de Acionistas:

	2002	2001
Ivai Engenharia de Obras S/A	-	578.748
PRIMAV Construções e Com. Ltda.	30.611	1.736.528
SBS Engenharia e Construção Ltda	19.028	68.977
Triunfo Participações e Investimentos S/A	105.448	541.647
	155.087	2.925.900

Foi reclassificado para o passivo exigível a longo prazo na rubrica de "Empréstimos de acionistas", o valor de R\$ 155.087 classificado anteriormente como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no Patrimônio Líquido, em virtude dos acionistas não terem decidido pela efetiva capitalização dos recursos em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2002.

O saldo de 2001 decorrem de operações suportadas por contratos de mútuo, estando sujeitas a atualização monetária com base na variação da TBF, sem garantias com vencimentos de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2002 e 2001 (Expressos em reais)

10. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos e a sua relevância. A importância segurada totaliza R\$ 30.600.816 (trinta milhões, seiscentos mil, oitocentos e dezesseis reais) os quais referiam-se a garantia da execução para exploração do complexo rodoviário denominado Pólo Pelotas, em favor do Ministério dos Transportes com vencimento em 03 de agosto de 2003 e de riscos patrimoniais, de engenharia, lucros cessantes e responsabilidade civil com vencimento em 03 de junho de 2003.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 17.600.000, representado por 17.600.000 ações ordinárias, sem valor nominal, assim distribuídas:

	Quantidade de ações		
	2002	2001	
Primav Ecorodovias S/A	8.799.996		
Primav Construções e Com. Ltda.	-	8.799.996	
Ivai Engenharia de Obras S/A	4.135.998	4.135.998	
Triunfo Participa. E investimentos S/A	4.135.998	4.135.998	
SBS Engenharia e Construções Ltda.	528.000	528.000	
Ademar Rodrigues Alves	-	1	
Marco Antônio Cassou	1	-	
João Alberto Gomes Berrachio	1	-	
Carlo Alberto Bottarelli	1	1	
Luiz Fernando W. de Carvalho	1	1	
Marcelino Rafart de Seras	-	1	
Diego Beltrán Savino	1	-	
Nelson Sperlo Neto	1	1	
Pedro Beltrão Fraletti	1	1	
Sérgio de Oliveira Ribas	1	1	
Wilson Seti Okada		1	
	17.600.000	17.600.000	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2002 e 2001 (Expressos em reais)

11. Patrimônio Líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14 de junho de 2002, os acionistas aprovaram a transferência da totalidade das ações da PRIMAV Construções e Comércio Ltda. para PRIMAV Rodovias S/A, a qual alterou sua razão social para PRIMAV ECORODOVIAS S/A em 1 de julho de 2002. O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista na Lei das Sociedades Anônimas.

b) Capital autorizado

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado de forma total ou parcial até atingir o limite de R\$ 30.000.000 (trinta milhões de reais) mediante deliberação da Assembléia de Acionistas que fixará o preço da emissão e as demais condições da respectiva colocação.

12. Instrumentos financeiros

A Companhia apresenta algumas operações que podem ser diretamente interpretadas como "Instrumentos Financeiros", conforme determina a Instrução CVM 235/95. Entretanto, nenhuma delas resulta em efeitos relevantes de ganho ou perda futuro nas demonstrações contábeis, considerando valores e taxas de mercado. Em 31 de dezembro de 2002 as principais operações foram:

<u>Aplicações Financeiras</u> - as aplicações demonstradas, estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às Instituições Financeiras, sem nenhuma expectativa de geração de perdas para a Companhia.

<u>Empréstimos e Financiamentos</u> - conforme demonstrado na nota 06, as operações de empréstimo existentes foram contratadas com base em taxas pré-fixadas e em condições usuais de mercado.

<u>Risco de Preço e Valor de Mercado</u> – As tarifas de pedágio cobradas nas cinco praças de pedágio são reguladas pelo poder concedente através do contrato de concessão o qual prevê reajustes anuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 31 de dezembro de 2002 e 2001 (Expressos em reais)

12. Instrumentos financeiros-- Continuação

<u>Risco de Mercado</u> – O preço do petróleo no mercado internacional e por consequência o aumento nos combustíveis e no asfalto (matéria prima para restauração das rodovias) pode representar um fator externo com influência direta no mercado de concessões de rodovias.

A companhia não tem conhecimento de qualquer manifestação por parte do governo federal ou processo judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

<u>Risco de Engenharia</u> — Nas rodovias sob sua concessão, predomina o traçado suave com longas tangentes e curvas de grandes raios com aterros estáveis com poucos cortes e pouca altura o que representa um baixo risco de interrupção.